

**COMISSÃO DE INTEGRAÇÃO NACIONAL, DESENVOLVIMENTO
REGIONAL E AMAZÔNIA**

**REQUERIMENTO Nº de 2013
(Do Sr. Arnaldo Jordy)**

Requer a realização de Audiência Pública para discutir com representantes de entidades governamentais e da sociedade a respeito das incidências de casos de escarpelamento na região Amazônica.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos dos artigos 255, combinado com o art. 24, inciso VII do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, seja realizada Audiência Pública, para discutir questões relativas a ações que visem combater e eliminar a incidência de escarpelamentos na região Amazônica, com a presença de um representante dos seguintes órgãos abaixo:

Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

Ministério do Desenvolvimento Social

Ministério Público Federal – MPF

Secretaria Nacional de Direitos da Mulher

Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF

Marinha do Brasil/Capitania dos Portos da Amazônia Oriental – CPAOR

Fundação Jorge Duprat Figueiredo De Segurança E Medicina do Trabalho – FUNDACENTRO

Instituto Nacional do Seguro Social

Conselho Federal de Medicina

Ordem dos Advogados do Brasil - OAB

Eletronorte

Secretaria de Estado de Saúde do Pará – SESPA

Justificação

Para os ribeirinhos, os leitos dos rios amazônicos, são o elo de socialização, porém a falta de acesso a meios de transportes mais velozes e com motores adequados, impulsiona a construção de embarcações sem nenhum anteparo de segurança, deixando vulneráveis os usuários, sobretudo as mulheres e as crianças.

Só no Estado do Pará há o registro de 391 vítimas de escarpelamento, no período de 1979 a fevereiro 2013, distribuídos na Mesorregião do Marajó, Região Metropolitana, Baixo Amazonas, Região do Tapajós, Região do Xingu, Região Nordeste e Região do Baixo Tocantins. O escarpelamento mutila, deforma e fere a alma das ribeirinhas.

Ressalta-se que no ano de 2012, três acidentes de escarpelamento foram provocados também por máquinas de bater o açai. O que gera um grande alerta para o poder público e sociedade civil nos municípios, bem como para os governos e secretaria de saúde, os quais, dentre outros organismo, serão incluídos no debate dessa realidade e a articulação de campanhas de mobilização social e campanhas de prevenção deste grave acidente.

Tendo em vista a relevância do tema para a região Norte do País, e a necessidade de verificar quais medidas que estão sendo tomadas e o cabimento de outras providências para o assunto, conto com o apoio dos membros deste colegiado parlamentar.

Sala das Comissões, de de 2013

Deputado Arnaldo Jordy
PPS/PA